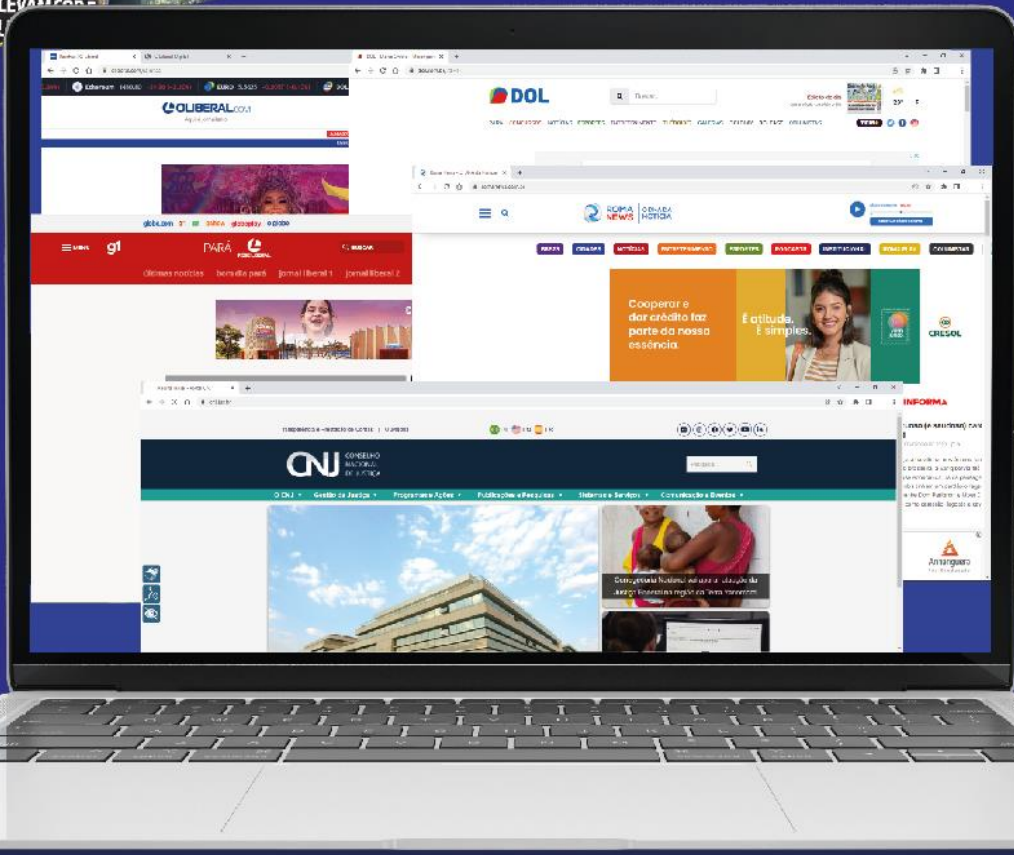
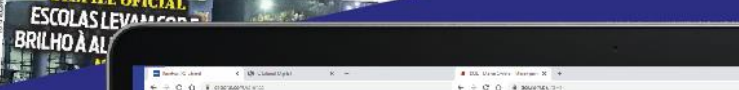




CLIPPING

Quinta-feira
23
de Março
de 2023



REPÓRTER
70> MULHERES
PRIORIDADE

Começou a tramitar no Senado um projeto de lei que dá aos processos relacionados a mulheres vítimas de violência física prioridade automática no tribunal ou juizado em que estejam tramitando. A proposta é do senador paraense Jader Barbalho (MDB-PA). Atualmente, a prioridade deve ser solicitada pelo advogado da vítima. Na justificativa do projeto, Barbalho explica que muitas vezes o advogado não apresenta o pedido à autoridade judiciária, o que gera mais demora no processo. Entre 2016 e 2021, o Conselho Nacional de Justiça registrou 3,1 milhões de processos de violência contra mulher, mas pouco mais de 10% desse total tiveram sentenças definidas.

> PROCESSOS
VISTORIA

Integrantes do Conselho Nacional de Justiça farão uma vistoria no funcionamento do Sistema de Processos Judiciais do Tribunal de Justiça do Pará, o PJe. O trabalho será acompanhado pela Ordem dos Advogados do Brasil - seção Pará. A vistoria foi anunciada pela presidente do Tribunal, desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia, durante reunião com o presidente da OAB-PA, Eduardo Imbiriba. No encontro, o presidente da Ordem apresentou reivindicações da advocacia paraense ao Judiciário, entre elas, acesso à ordem cronológica dos processos, que devem ser públicos, melhoria no atendimento nas Unidades de Processamento Judicial, entre outras.

EM POUCAS LINHAS

- **O Tribunal de Justiça do Pará formalizou ontem a lista triplíce da classe jurídica (não magistrados) para ocupar uma vaga no Tribunal Regional Eleitoral.**
- Para membro efetivo, a lista é formada por Marcelo Lima Guedes, Diogo Seixas Conduru e Emanuel Pinheiro, nessa ordem.
- Já para membros substitutos, a lista é formada por Thiago Sefer, Rodrigo Godinho e Ivan Melo.
- Os nomes serão enviados para o Tribunal Superior Eleitoral, que fará a escolha final.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

LITERATURA

Milton Nobre mostra novo livro hoje, na sede do TJ-PA

LETRAS - Autor de destaque na área jurídica, o desembargador apresenta segundo livro ficcional

THAINÁ DIAS
Da Redação

Reforçar a necessidade de amar e ser amado é a principal mensagem do livro "Nunca é cedo para o amanhã", do desembargador e escritor paraense Milton Nobre. Após lançar o livro de contos "O declamador e outras histórias", o escritor volta a mostrar seu talento literário através de um romance ficcional contagiante. O lançamento da obra será realizado hoje (23), a partir das 17h, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

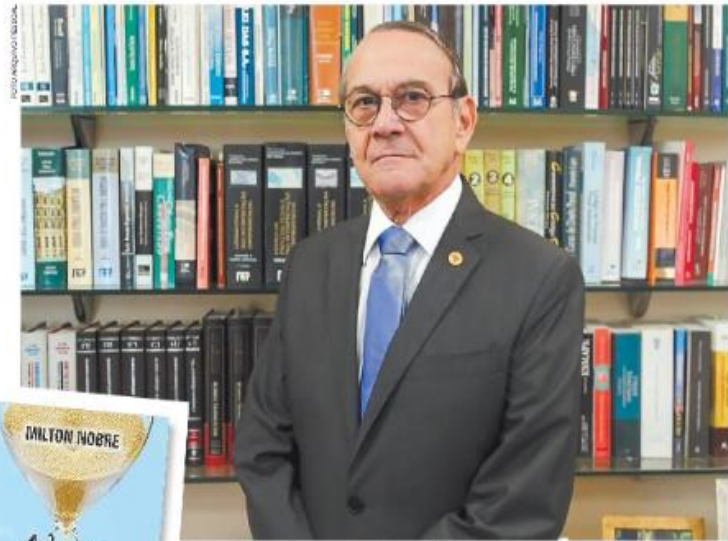
Para o escritor, esse lançamento tem um gostinho ainda mais especial pois fala de amor. "Meu novo

trabalho começou com a ideia inicial de ser um conto, porém acabou virando um romance pelo desenvolvimento da própria obra", explicou. Segundo Milton, o livro conta a história de um garoto gênio que encontra a felicidade através do amor. "Eu deixo claro que ele era feliz não por ser um gênio, mas sim por ter vivenciado o amor".

Na obra, o garoto se apaixona por duas irmãs gêmeas e ao perder uma delas para a morte, ele se casa com a outra irmã. "O mundo está muito intolerante, cheio de ódio. Minha ideia é mostrar que ainda precisamos de amor". O autor, que deu uma parada na produção de livros voltado ao direi-



Segundo Milton Nobre, o livro conta a história de um garoto gênio que encontra a felicidade através do amor



Milton Nobre é um veterano na publicação de livros técnicos, e agora se lança no campo da ficção

to, explicou a pausa. "Está havendo tanta confusão semântica, de conceitos que fica complicado você produzir uma obra científica de qualidade em um momento em que o pensamento jurídico está muito move-dido. Em virtude disso, resolvi dar uma variada na literatura".

Milton Nobre é paraense, desembargador aposentado, escritor e destaque na área jurídica, na qual é veterano na publicação de livros técnicos nas áreas do

direito, principalmente no cenário comercial. Durante cerca de trinta anos, o escritor foi professor de Direito Comercial da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Já publicou livros que tiveram foco em Direito Comercial e Direito Administrativo. Ao ingressar na magistratura, não publicou mais livros, apenas breves estudos, ensaios e capítulos de obras coletivas, em razão da dedicação e do tempo de estudos exigidos por integrar a Seção de Direito Penal do TJPA.



Serviço:

Lançamento do livro "Nunca é cedo para o amanhã", do escritor Milton Nobre

Data: 23/3

Horas: 17h

Local: Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Almirante Barroso, 3089)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

SILÊNCIO

A Justiça Federal decidiu a favor de Lívia Letícia, estudante que foi aprovada no vestibular da UFPA, mas que teve a matrícula indeferida por não apresentar os documentos requisitados pelo programa de cota renda. Após o problema vir à tona e causar uma ampla mobilização, Lívia finalmente comemorou ontem o direito de cursar Medicina na instituição, embora a UFPA ainda possa recorrer. O que chamou atenção foi o silêncio sepulcral do normalmente diligente Ministério Público Federal. Lívia precisou acionar a Justiça gratuita para obter a liminar.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Família denuncia negligência na morte de grávida e bebê em Prainha; Câmara, MP e Semsa investigam o caso

Segundo familiares, o médico da UBS do Cupim não teria dado a devida importância às dores relatadas por Clarissa Araújo Bezerra que estava no 8º mês de gestação.

Por Sílvia Vieira, g1 Santarém e Região — PA
22/03/2023 16h18 · Atualizado há 19 horas



Da direita para esquerda: Altino Bezerra ao lado da filha grávida Clarissa Araújo Bezerra com o esposo e a cunhada da jovem — Foto: Arquivo pessoal

As mortes de uma grávida de apenas 17 anos e do bebê dela, provocaram revolta em familiares e na população em [Prainha](#), no oeste do Pará. É o segundo caso de morte materna no município em pouco mais de um mês. Nos dois casos, familiares denunciam negligência no atendimento médico.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

No caso mais recente, que aconteceu na segunda-feira (20), a jovem Clarissa Araújo Bezerra de 17 anos, estava no 8º mês de gestação, e desde o fim de semana começou a se queixar de fortes dores. Ela buscou atendimento na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Cupim, na zona rural de Prainha, onde ela morava. Mas de acordo com relato do pai de Clarissa, a dor relatada pela filha foi negligenciada pelo médico da UBS da comunidade.

“A minha filha foi no posto do Cupim, contou que estava com muitas dores, mas o médico Dr. Breno disse pra ela que não era nada, que ela estava sentindo dor porque o bebê estava se mexendo. Ela voltou pra casa, mas as dores não passavam. Aí ela saiu daqui do Cupim e eu a acompanhei até o Carapanaúba. Lá ela entrou no carro, eu segurei as bolsinhas dela e da minha esposa, coloquei no carro e ela foi. Chegou no posto do Jatuarana, a criança ainda estava se mexendo, mas quando chegou em Prainha o coração da criança não estava mais batendo e a enfermeira disse que só ia bater a ultrassom dela no outro dia. E minha filha veio a falecer. Minha filha morreu à míngua no hospital de Prainha”, relatou o pai de Clarissa, Altino Bezerra.

Para a mãe de Clarissa, Claudenice Oliveira Bezerra, houve negligência do atendimento da filha. Ela contou que a filha fazia as consultas do Pré-Natal na data certa e também os exames na UBS, sempre que o médico pedia.

“Sábado foi aniversário da minha filha. Ela estava bem, veio pra minha casa, almoçou. Já no domingo ela amanheceu com febre, dor de cabeça, vomitou. E a gente procurou logo a unidade de saúde. Mas ela não foi atendida pelo médico porque era domingo. A enfermeira passou um remédio pra ela e mandou para casa. Ela ficou esperando pra ser atendida na segunda no Cupim. Na segunda ela passou com o médico, ele examinou, ouviu o batimentos do bebê e disse que a dor era porque o bebê estava encaixando. Mas a dor que ela sentia era no estômago. Ela tomou o remédio que ele passou, mas não melhorou. Ela foi ficando pálida até que o pessoal do posto conseguiu que o carro do Jatuarana fosse buscar a minha filha”, contou Claudenice Bezerra.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ainda segundo Claudenice Bezerra, na UBS de Jatuarana, Clarissa recebeu os primeiros socorros. A pressão arterial estava alta, mas o bebê ainda apresentava batimentos cardíacos. A jovem grávida foi colocada novamente no carro e foi levada da UBS para o hospital de Prainha.

“Não era 5h como disseram. Era 4h quando ela deu entrada no hospital. Colocaram ela numa sala, a cabeça doente e a pressão muito alta. A enfermeira foi examinar e disse que não ouviu mais o coração do bebê. O médico veio e pediu um ultrassom, mas o outro médico que batia ultrassom não estava. Eu pedi várias vezes para eles tomarem providências e ninguém fez nada. Largaram minha filha lá com dor e a pressão subindo”, relatou.

Claudenice ficou no hospital acompanhando a filha e no começo da noite, quando houve troca de enfermeiro, ela ouviu uma conversa da equipe que estava deixando o plantão com uma enfermeira que estava entrando, em que a profissional dizia que se o feto estivesse realmente morto não dava pra fazer mais nada.

"Veio outra enfermeira, ela pediu pra minha filha deitar e depois de examiná-la, ela disse que o feto estava morto há três dias e minha filha depois de ouvir aquilo começou a se agoniar, e a enfermeira deixou ela na sala daquele jeito. Foi lá pra frente conversar. A minha filha começou a se contorcer, a respiração ficou ofegante, eu gritei por socorro, os enfermeiros vieram, e enquanto eu fui pegar o documento da minha filha ela morreu”, contou Claudenice.



Pai de grávida morta por negligência médica em Prainha grava apelo em vídeo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O corpo de Clarissa Araújo Bezerra foi sepultado na terça-feira (21). Dezenas de pessoas acompanharam o funeral e o cortejo até o cemitério, e todos se emocionaram com as palavras do pai da jovem, Altino Bezerra, e seu pedido por justiça. (***veja o vídeo acima***)

Investigação

A revolta da população e a repercussão do caso fizeram a Câmara Municipal de Prainha instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso.

“Os trabalhos vão iniciar segunda-feira (27). Já sentamos com o jurídico e vamos fazer tudo passo a passo para não cometer falhas. Nosso objetivo é apurar tudo com clareza e dar uma resposta à sociedade. Eu acredito nos colegas vereadores que abraçaram essa causa e com certeza em um curto espaço de tempo nós vamos apurar tudo”, disse o presidente da CPI, vereador José Benedito (Benoca).

O relator da CPI, Elias Campos, disse que o desejo da Comissão é buscar respostas e responsabilidades, saber onde o município falhou. “Vamos ouvir os familiares da Clarissa, dos profissionais do posto do Cupim, do Jatuarana, e fazer um levantamento de dados para que a gente possa chegar ao final da CPI e mostrar no relatório onde aconteceram as falhas, para que a partir daí fatos dessa natureza não voltem a acontecer”.

A CPI vai ouvir familiares de Clarissa Bezerra, profissionais de saúde envolvidos no atendimento da jovem e os responsáveis pelas UBS e pelo hospital de Prainha.

O Ministério Público e a Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Setor de Epidemiologia também apuram o caso.

Esclarecimentos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com o secretário municipal de Saúde Abraão Nascimento, a gestão ainda não tem elementos para apontar se houve falha no atendimento a Clarissa Bezerra, e pediu paciência à população.

“Primeiramente a gente se compadece da família. E a gente como gestão pede que a população tenha paciência, que tudo será devidamente apurado. A gente trabalha com indicadores e um óbito materno é muito negativo para o município. Recentemente houve também um óbito materno em Santa Maria e automaticamente o município é obrigatório o município fazer a investigação desde a atenção primária, ver se a gestante fez as 6 consultas de pré-natal prevista e tudo é informado no prontuário eletrônico. E isso tudo é importante pra ver onde o município errou e procurar melhorar. A princípio não dá pra dizer quem teve culpa, até porque a informação que nós temos é de que a paciente já chegou com o feto morto”, explicou.

Maria Rosa, diretora do hospital Wilson Ribeiro disse que para profissionais de saúde a morte de Clarissa foi um acontecimento muito triste um acontecimento, e garantiu que tudo será devidamente apurado.

“Quando a paciente chegou no hospital já estava bem grávida, e o fato com ausência de batimentos cardíacos. Ela foi avaliada, mas infelizmente já estava em óbito fetal. Ela eu entrada às 5h da tarde e morreu por volta das 8h da noite, no momento não estava disponível a ultrassom pra fazer, mas os exames laboratoriais indicavam que ela estava com uma infecção bem avançada. Mas os médicos precisavam do exame de imagem pra decidir o que fazer”, finalizou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça acata pedido da PC e decreta prisão de jovem que atirou em idoso durante assalto em Santarém

Guilherme Campos Palha, conhecido como Bazão, estava respondendo ao crime em liberdade, mas descumpriu medidas cautelares ao ser preso com arma e drogas no dia 17 de março.

Por Dominique Cavaleiro, g1 Santarém e região — PA
22/03/2023 15h12 · Atualizado há 20 horas



Guilherme Campos Palha confessou ter matado Carlos Sousa dos Santos, de 65 anos. — Foto: Divulgação

A justiça determinou nesta quarta (22) a prisão preventiva do jovem que atirou em um idoso durante um assalto no bairro Aeroporto Velho em [Santarém](#), no oeste do Pará. O crime aconteceu em junho de 2022 e Guilherme Campos Palha, que atende pelo apelido "Bazão", estava respondendo ao processo em liberdade.

O pedido pela prisão preventiva foi feito pela Polícia Civil porque Guilherme Bazão descumpriu medidas cautelares impostas para que a liberdade provisória

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

fosse concedida na época do crime, que gerou muita repercussão entre a sociedade santarena.

De acordo com o delegado Gilvan Almeida, titular da delegacia de repressão a roubos, entre as medidas impostas pela justiça estavam a de não cometer novos delitos, não andar em turmas, não portar arma de fogo e entorpecentes. **Porém todas essas medidas foram descumpridas.**

[Guilherme Bazão foi preso na sexta \(17\)](#) por envolvimento com tráfico de drogas e roubos na cidade. Ele estava na companhia de um amigo que confessou que eles estavam fazendo roubos. Um terceiro homem também foi preso com a dupla.

O pedido de prisão preventiva foi deferido pela justiça nesta quarta (22). A decisão foi proferida pelo Juiz Alexandre Rizzi da 1ª vara criminal de Santarém.

O latrocínio

Câmeras de segurança registraram a ação dos bandidos que aconteceu por volta de 20h30 do dia 20 de junho de 2022, no bairro Aeroporto Velho. Nas imagens é possível ver que os criminosos abordaram a vítima que estava ao telefone encostada em um muro. **(veja o vídeo abaixo).**



Veja momento que idoso foi baleado durante assalto no bairro Aeroporto Velho

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O vídeo mostra ainda o momento que um dos criminosos atira em Carlos, que cai ao chão clamando por socorro. Populares aparecem para ajudá-lo. Os criminosos fogem em uma moto.

Carlos Sousa dos Santos, de 65 anos, falava com o filho ao telefone quando foi abordado por criminosos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem é condenado a 25 anos por estupro de um menino na Comunidade Murumuru, em Santarém

Jean dos Santos Pereira estuprava o menino desde os 10 anos de idade quando a vítima ia para açaiçal.

Por Dominique Cavaleiro, g1 Santarém e região — PA

22/03/2023 15h48 · Atualizado há 20 horas



Fórum de Santarém — Foto: Arquivo/g1

O Tribunal de Justiça do Pará, condenou nesta quarta-feira (22), Jean dos Santos Pereira a uma pena de 25 anos de reclusão pelo estupro de um menino de 15 anos na Comunidade Murumuru em [Santarém](#), no oeste do Pará. A decisão foi proferida pelo juiz titular da 1ª Vara criminal, Alexandre Rizzi.

De acordo com a decisão, o estupro ficou comprovado por meio do laudo sexológico e coerência entre os fatos narrados por testemunhas e vítimas no decorrer do processo.

A vítima atualmente tem 15 anos, mas segundo a decisão, foi estuprada dos 10 aos 14 anos de idade, quando passou a recusar os abusos vivenciados. O crime

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

acontecia na comunidade, inicialmente quando o menino brincava ou ia até o açauzal.

Ainda segundo a decisão, Jean dos Santos Pereira, ameaçava matar a vítima e seu pai, caso contasse a alguém sobre os crimes. O adolescente resolveu desabafar com uma prima, que falou que o ajudaria, só assim o caso foi denunciado.

O documento revela ainda que a vítima era submetida a diversos tipos de situações humilhantes pelo acusado que chegava a dizer que o pênis dele seria eternamente da vítima e que o menino iria “morrer” chupando o pênis do acusado.

Todas as ações de Jean dos Santos Pereira provocaram consequências que são vivenciadas pela vítima até os dias de hoje.

“Em razão dos abusos a vítima teve sérios prejuízos na formação de sua personalidade, apresentou episódios de agressões e má vivência familiar. Ademais, teve atraso intelectual a ponto de regredir nos estudos, ter dificuldade de concentração, regressão psicossocial, pois não consegue se relacionar sexualmente com outras pessoas, vive em conflito com a sua sexualidade, além de ter ficado mais introvertida, procurando evitar contato com pessoas da mesma idade, preferindo a clausura, todos, motivos que demandam maior reprimenda na pena base”, diz um trecho da decisão.

Jean dos Santos Pereira também responde na justiça por tentativa de homicídio e homicídio qualificado. A justiça concedeu ao acusado o direito de recorrer da sentença em liberdade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Operação 'Esparável' registra oito prisões e apreensões de armas, munições e drogas em Igarapé-Miri

Durante as fiscalizações, já foram abordadas mais de 400 pessoas, 248 veículos, 8 embarcações e duas residências



O Liberal

22.03.23 19h31



A operação "Esparável" busca combater a onda de violência que vinha sendo registrada no município de Igarapé-Miri, nordeste paraense. (David Alves/Ag. Pará)

A **operação "Esparável"**, de combate à onda de violência que vinha sendo registrada no município de [Igarapé-Miri](#), nordeste paraense, completa uma semana nesta quinta-feira (23). Nesse período, seis pessoas já foram presas, em flagrante, e dois mandados de prisões preventivas foram cumpridos. Durante as fiscalizações, já foram abordadas mais de 400 pessoas, 248 veículos, 8 embarcações e duas residências, além da apreensão de 13 armas, 27 munições,

5 celulares, mais de 1 kg de entorpecentes, e ainda, mais de R\$ 1 mil, em espécie.

Nesta quarta-feira (22) uma reunião operacional com a presença de gestores dos órgãos de segurança avaliou a primeira semana de operação. “Fizemos hoje um processo de avaliação fazendo alguns realinhamentos para afinar a atuação, definindo ações na zona ribeirinha e urbana. A operação segue sem data para encerrar. Incentivamos o Disque Denúncia (181), que garante o anonimato do denunciante e sempre traz elementos significativos para a ação policial”, destacou o secretário adjunto de gestão operacional da Secretaria de Segurança Pública do Pará ([Segup](#)), Luciano de Oliveira.

Para o comandante do Departamento-Geral de Operações (DGO) da [Polícia Militar](#), coronel Ricardo Neves, o registro das ocorrências tem caído, o que estimula a permanência do efetivo por mais tempo. “A operação tem trazido tranquilidade e vamos permanecer com a extensão das ações na comunidade miriense”, assegurou.

Com equipes de combate ao crime organizado e de repressão, além da inteligência, a [Polícia Civil](#) está atuando em conjunto com as demais forças, afirma o delegado de Polícia do Interior, Hennison Jacob. “Há mais de uma semana nós intensificamos o reforço em Igarapé-Miri para atuar de forma integrada com os demais órgãos como a Polícia Militar. Então estamos trabalhando de forma diuturna para trazer paz e segurança para a população”.

Participam da Operação as Polícias Civil e Militar, Secretaria de Administração Penitenciária do Estado ([Seap](#)), Departamento de Trânsito do Estado ([Detran](#)), além da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal ([Siac](#)), Grupamento Fluvial ([Gflu](#)) e o Grupamento Aéreo de Segurança ([Graesp](#)), vinculados à Segup.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça condena 5 pessoas em investigação de comunidade suspeita de violar Direitos Humanos no Pará

Os condenados foram presos em junho do ano passado durante a Operação São Lucas, em Tucuruí e Baião. Desde terça, 21, o caso também deixa de correr em segredo de Justiça



O Liberal

22.03.23 12h50



A Comunidade São Lucas, em Baião, acumula cerca de 25 anos de casos de tortura e trabalho análogo à escravidão sendo investigados (Grupo Especial de Fiscalização Móvel / MPF)

Cinco pessoas foram condenadas à prisão por envolvimento com **comunidade supostamente religiosa**, investigada por submeter pessoas à situação de **trabalho análogo à escravidão, tortura e crimes contra dignidade sexual de crianças e adolescentes no Pará**. Os cinco foram **presos no dia 30 junho de 2022**, nos municípios

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

de **Tucuruí** e **Baião**, sudeste e nordeste paraense, respectivamente, durante operação da Polícia Federal do Pará (PF) denominada 'São Lucas'.

À época, foram cumpridos **dois mandados de prisão preventiva e três de prisão temporária**. Na última terça-feira, 21, a Justiça determinou a **condenação**: um dos suspeitos foi condenado a **9 anos e três meses de reclusão** e outros quatro suspeitos receberam pena de **29 anos e nove meses de prisão**. Na mesma ocasião, também foi assinada a determinação que tira o processo do sigilo.

Relembre o caso

Na manhã de quinta-feira, 30/06/2022, a PF deu cumprimento a cinco mandados de prisão (dois de prisão preventiva e três de prisão temporária) e quatro de busca e apreensão nos municípios de Tucuruí e Baião pela operação 'São Lucas'. O objetivo é combater a submissão de trabalhadores à condição análoga à de escravo. Também estão sendo investigados crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, bem como tortura, em ação conjunta com MPF, MPT, Ministério do Trabalho, PRF e outros órgãos.

As buscas foram feitas em uma comunidade que se denomina religiosa e existe desde 1997. No início, supostamente, havia uma espécie de "regra igualitária", em que o resultado do trabalho de todos seria dividido entre todos os participantes da comunidade. Porém, com o tempo, os líderes da comunidade começaram explorar o trabalho de todos os demais participantes.

Os cinco presos passaram a responder pelos crimes de submissão a trabalho escravo e tortura, tendo como agravante o fato de terem sido cometidos contra crianças ou adolescentes, além de formação de associação criminosa para o cometimento da prática.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), em divulgação do caso feita em setembro do ano passado, as vítimas eram exploradas em um estabelecimento conhecido como "Mesa de Bar", em Tucuruí, e na Comunidade São Lucas, em

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Baião. Segundo a denúncia, nesse período, os acusados também praticavam intensa violência física e mental contra as pessoas, “como forma de aplicar castigo pessoal e medida de caráter preventivo, utilizando violência e grave ameaça”, disse o MPF.

Os órgãos envolvidos na operação realizaram o atendimento às pessoas que se encontravam submetidas às condições desumanas na comunidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

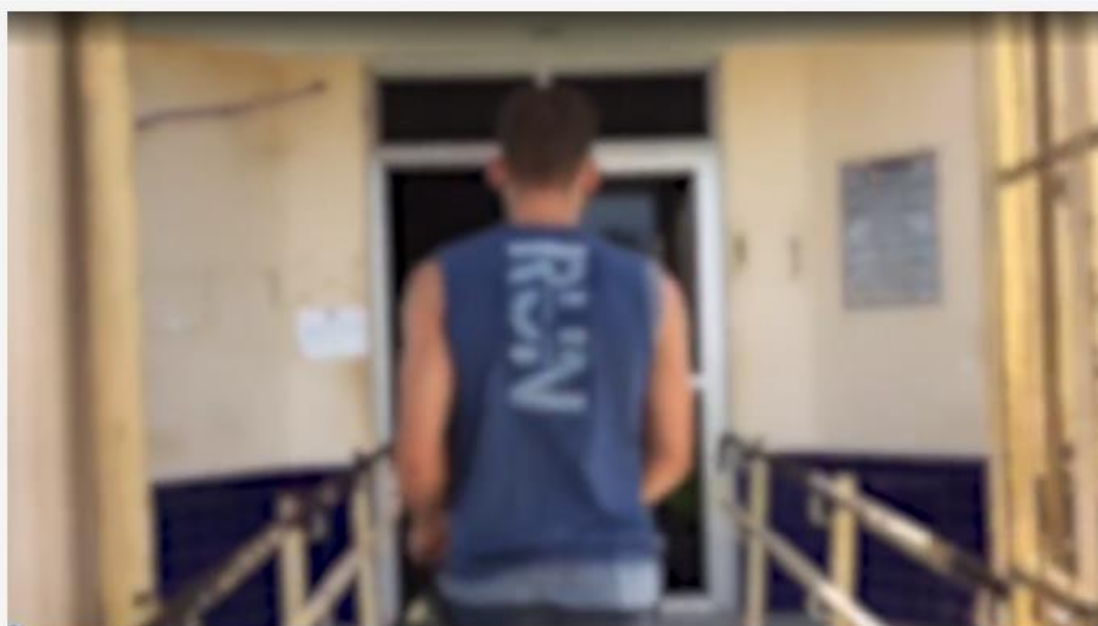
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ORIXIMINÁ

Homem é preso por importunação sexual dentro de embarcação

A vítima foi uma mulher que viajava junto da filha de um ano; elas estavam a caminho de Porto de Trombetas, distrito de Oriximiná, oeste paraense.

quarta-feira, 22/03/2023, 23:00 - Atualizado 22/03/2023, 23:00 - Autor: Jamille Leão/DOL com informações de Dinan Laredo/RBATV



O acusado foi apresentado na Polícia Civil de Oriximiná | Reprodução/ RBA TV

Importunação sexual é um crime previsto no artigo 215-A do Código Penal Brasileiro, e condena a prática de ato libidinoso (que tem como objetivo a satisfação sexual) na presença de alguém, sem autorização. Por exemplo: apalpar, lambar, tocar, desnudar, masturbar-se ou ejacular em público.

Na última segunda-feira (20), um homem foi apreendido em Oriximiná, oeste do Pará, acusado de importunação sexual durante viagem em uma embarcação.

De acordo com a polícia, a vítima estava viajando de Santarém para Porto Trombetas junto com a filha de um ano e nove meses.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Em relato, a mulher pediu socorro ao acordar durante a viagem e perceber que o homem estava tentando tirar roupa a dela. O suspeito foi detido e entregue à Polícia Militar, que efetuou a prisão.

O suspeito foi apresentado na delegacia de Polícia Civil de Oriximiná e, se for condenado, pode receber a pena de um a cinco anos de prisão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br